



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência

NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 94/2025-DAHU/SAES/MS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO CUIDADO INTEGRAL - DGCI/SAPS - SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - SAPS/MS

DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO HOSPITALAR, DOMICILIAR E DE URGÊNCIA - DAHU/SAES - SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE - SAES/MS

1. ASSUNTO

1.1. Trata-se da Nota Técnica nº 94/2025-DAHU/SAES/MS, com o intuito de motivar a prorrogação do prazo estabelecido na Portaria GM/MS nº 5.349, de 12 de setembro de 2024, que altera a Portaria de Consolidação nº 06, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, no que diz respeito ao disposto no Capítulo I, do Título VIII, quanto ao financiamento também da Rede Alyne.

2. DA NÃO APLICABILIDADE DA ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO - AIR

2.1. Preliminarmente, cumpre informar que não se aplica à presente demanda a Análise de Impacto Regulatório – AIR, prevista no Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, por tratar-se de alteração de ato normativo de efeito concreto e que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira, enquadrando-se no disposto nos incisos I e II do § 2º do art. 3º do Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020:

"Art. 3º A edição, a alteração ou a revogação de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional será precedida de AIR. (...) § 2º O disposto no caput não se aplica aos atos normativos: (...) II - de efeitos concretos, destinados a disciplinar situação específica, cujos destinatários sejam individualizados; III - que disponham sobre execução orçamentária e financeira;"

2.2. Nesse sentido, a minuta de Portaria em questão consiste em ato normativo de efeito concreto e dispõe sobre a execução orçamentária e financeira. De igual modo, o ato proposto é destinado a disciplinar situação específica, qual seja: estabelecer prorrogação de prazo.

3. ANÁLISE TÉCNICA

3.1. Inicialmente, registra-se que a Rede Alyne consiste numa rede de cuidados, que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis. A Rede Alyne deve ser organizada de maneira a possibilitar o provimento contínuo de ações de atenção à saúde materna e infantil para a população de determinado território, mediante a articulação dos distintos pontos de atenção à saúde, do sistema de apoio, do sistema logístico e do sistema de governança da rede de atenção à saúde em consonância com o Planejamento Regional Integrado - PRI.

3.2. A Rede Alyne organiza-se a partir dos seguintes componentes: pré-natal; parto e nascimento; puerpério e atenção integral à saúde da criança; sistema logístico; sistema de apoio; e sistema de governança.

3.3. Assim, a presente Nota Técnica apresenta as alterações propostas para a Portaria GM/MS nº 5.349 de 12 de setembro de 2024, que altera a Portaria de Consolidação nº 06/2017, quanto ao prazo definido no artigo 840, com intuito de prorrogar por mais 90 (noventa) dias, a contar do dia 12 de março de 2025.

"Art. 840º. Será mantido o valor do repasse dos recursos de custeio dos componentes já habilitados pela Rede Cegonha pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de publicação deste ato. ([Redação dada pela PRT GM/MS nº 5.349 de 13.09.2024](#))"

§ 1º. Durante o referido período, deverão ser apresentados os seguintes documentos: ([Redação dada pela PRT GM/MS nº 5.349 de 13.09.2024](#)).

I - Planos de Ação Regionais, contendo a descrição dos serviços já habilitados; ([Redação dada pela PRT GM/MS nº 5.349 de 13.09.2024](#)).

II - Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA); e ([Redação dada pela PRT GM/MS nº 5.349 de 13.09.2024](#)).

III - Relatório Anual de Gestão (RAG). ([Redação dada pela PRT GM/MS nº 5.349 de 13.09.2024](#)).

§ 2º. A habilitação dos serviços será suspensão em caso de descumprimento do prazo estipulado para a apresentação dos documentos mencionados neste no parágrafo anterior. ([Redação dada pela PRT GM/MS nº 5.349 de 13.09.2024](#))”

3.4. A necessidade de prorrogação do prazo fundamenta-se pela reafirmação da gestão interfederativa e participativa do Planejamento Regional Integrado (PRI) e da governança da Rede de Atenção à Saúde (RAS), considerando pertinente o pleito pelas Secretarias de Estado de Saúde - SES, pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS e pelo Conselho Nacional de Secretarias municipais de Saúde – CONASEMS, **para ampliação do prazo de envio dos documentos** citados no §1º do art. 840, tendo em vista: (i) PAR – necessidade de alinhamento com os novos gestores municipais a partir da eleição de 2024, com realização das oficinas de acolhimento, sob coordenação dos COSEMS, no período de janeiro até maio de 2025; e da realização de oficinas regionalizadas para pactuação dos PAR até o período de junho de 2025; e (ii) considerar o prazo vigente de atualização do RDQA/2024 e RAG/2024 até abril/maio de 2025.

4. CONCLUSÃO

4.1. Feitas as considerações constantes na presente Nota Técnica, o Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência – DAHU/SAES/MS, em conjunto com o Departamento de Gestão do Cuidado Integral - DGCI/SAPS, entende que a alteração proposta contribui para a agilidade nos processos de habilitação em custeio e qualificação dos serviços que já se encontram em funcionamento, além de serem coerentes e necessárias para o processo de evolução do monitoramento das políticas públicas sob responsabilidade destes Departamentos.

4.2. Por fim, a Minuta de Portaria consta no SEI nº ([0046287483](#)).

ALINE DE OLIVEIRA COSTA

SOUZA ROSA

GRACE FATIMA

Diretora

Diretora

Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - DAHU/SAES/MS
Departamento de Gestão do Cuidado Integral - DGCI/SAPS/MS



Documento assinado eletronicamente por **Aline de Oliveira Costa, Diretor(a) do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência**, em 24/02/2025, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Grace Fátima Souza Rosa, Diretor(a) do Departamento de Gestão do Cuidado Integral**, em 25/02/2025, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0046287403** e o código CRC **FAA164B3**.